

revista areia e brita

ANO 19 EDIÇÃO 67 ABRIL A JUNHO 2016

PUBLICAÇÃO DA ANEPAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO

ISSN 1518-4641

Bauma 2016

Bate todos
os recordes

ANEPAC
Encontro de
Negócios debate
melhorias no
processo
produtivo

SindusCon-SP
Empresário da
construção se
mostra menos
pessimista com
nova política
econômica

TRABALHE COM ECONOMIA

VISIONLINK

SE VOCÊ GASTAR MAIS, NÓS PAGAMOS PARA VOCÊ.*

A nova escavadeira Cat® 320D2 GC foi feita para você economizar enquanto trabalha. A tecnologia embarcada permite o monitoramento remoto do consumo de combustível.



Campanha de garantia de consumo de combustível

Você receberá R\$2,00 por litro de combustível caso sua escavadeira Cat® 320D2 GC apresente consumo maior que 14,5 L/hora. O valor será revertido em créditos para compras de peças, serviços e treinamentos.*

CONSTRUÍDA PARA FAZER.

ADQUIRA SUA ESCAVADEIRA CAT® 320D2 GC E TENHA 24 MESES DE PROTEÇÃO DO TREM DE FORÇA.**

VOCÊ RECEBERÁ O CERTIFICADO DE GARANTIA NA ENTREGA TÉCNICA.

FALE COM O SEU REPRESENTANTE DE VENDAS SOTREQ E GARANTA TODAS ESSAS VANTAGENS PARA O SEU NEGÓCIO.

* O valor será pago em crédito para compra de peças, serviços e treinamentos. Regulamento completo no site <http://goo.gl/y0F1B2>

**Não é um serviço opcional. Oferta válida até 31/12/2016 para a escavadeira Cat® 320D2 GC vendidas pela Sotreq. As máquinas terão MaqExtra de 24 meses ou 4.000 horas no trem de força. A proteção estendida será de 12 meses adicionais somente para o conjunto trem de força (motor, acessórios, transmissão e eixos).



DÚVIDAS, SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES:



0800 084 8585

www.sotreq.com.br | [sotreqcat](https://www.instagram.com/sotreqcat) | [sotreqcat](https://www.facebook.com/sotreqcat) | [@sotreqcat](https://twitter.com/sotreqcat) | [gruposotreqbr](https://www.youtube.com/gruposotreqbr)

SUPORTE TÉCNICO E VENDAS:



Capitais e regiões metropolitanas:

3003 1920

Demais Localidades:

0800 940 1920

Sotreq

CAT

O Novo Marco da Mineração



Fernando Mendes Valverde

Presidente Executivo

Avanço, modernização, passo à frente, melhoria, inovação entre outras palavras podem traduzir mudança em seu real significado, mas nem sempre isso acontece. Algumas vezes, esses sinônimos são utilizados apenas para soar bem aos ouvidos leigos, com o intuito de esconder objetivos pouco claros ou para fins maniqueístas. Nomes com viés marqueteiros são geralmente usados para atingir esses objetivos.

O Novo Marco Regulatório da Mineração é um desses casos. **Novo** indica novidade, mudança, modernidade. **Marco** indica querer ser uma referência, deixar um legado, imprimir uma característica única, indelével, eterna. Tudo aparenta um aprimoramento. O **Novo Marco**, não resta dúvida, carrega embutido um viés ideológico estatizante, apesar das correções de percurso durante sua gestação. Foi a culminância do que vinha sendo arquitetado desde a Constituinte de 1988. Nacionalismo, estatização, burocratização, tudo foi contemplado na atual proposta do Novo Marco.

Todos se lembram dos males que a Constituição Cidadã trouxe para a mineração brasileira: desinvestimento, desemprego, fuga de capitais, principalmente estrangeiros. Esses retrocessos somente vieram a ser abrandados em 1997, quase dez anos depois. Ainda assim, muitos permaneceram. Para citar um, o que tornou os recursos minerais bens da União e, outro, ter acabado com o Imposto Único sobre Minerais. A simples apresentação do Novo Marco Regulatório da Mineração já provocou um desastre: novas concessões de lavra foram suspensas indefinidamente e somente começaram a ser liberadas depois de três anos.

Com o “Novo Marco”, se pretendeu repetir a mesma trajetória ideológica da nova lei do pré-sal para o petróleo que teve o mérito de contribuir para inviabilizar a Petrobras. Uma atenta leitura da proposta original e de todas as versões remendadas ao longo de mais de uma

década, mostra que o novo marco, além do caráter estatizante, tem um objetivo arrecadatório profundo, com sanções que são verdadeiros atos expropriatórios, enfim tudo isso em nada contribuirá para a retomada vigorosa dos investimentos no setor mineral.

Com a derrocada do governo e com a instalação definitiva do novo presidente, espera-se que se dê um basta a este projeto estatizante. Que se restaure o bom senso. O Código de Mineração de 1967 ainda é uma boa lei para a mineração brasileira. Basta diminuir a burocracia que a emperra. O Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ou uma agência que venha substituí-lo, deve voltar a ser a última instância antes do Ministério de Minas e Energia como sempre foi. É no DNPM que repousa a cultura da mineração brasileira, já contemplando erros e acertos ao longo de sua rica história e que deve ser preservado para encontrar as melhores soluções para o aproveitamento dos recursos minerais do país. É nele que está o pessoal qualificado para processar a demanda por novas minas. A Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM) deve sair da rota dos processos que já passaram pelo crivo do DNPM, já que não foi criada para este fim. Não pode se tornar mais um arranjo burocrático de poder para retardar processos.

A ideia da criação da original Secretaria de Minas e Metalurgia foi mostrar que o termo “indústria mineral” não se restringia somente ao produto originado das minas. A indústria de transformação mineral como a metalurgia, siderurgia, cimento, concreto, cerâmica, fertilizantes e outras indústrias que dependem do produto das minas também deveriam fazer parte da “indústria mineral”, ampliando a importância da mineração para o país. Este foi o projeto original da SGM, não um agrupamento de “especialistas em infraestrutura” elaborando pareceres sobre assuntos que geólogos e engenheiros de minas já haviam se manifestado, podendo criar assim barreiras para o andamento normal dos processos.



capa

Bauma 2016
bate todos os records

20



mercado

Empresário da construção se mostra menos pessimista com nova política econômica, aponta SindusCon-SP

26



legislação

Consic/Fiesp debate concessões e PPPs com secretaria de governo

Após reunião na FIEG, deputado retira da pauta projetos que prejudicariam mineração

Frente Parlamentar paulista de apoio à mineração retoma atividades

28



expediente



EDIÇÃO 67 – ABRIL A JUNHO DE 2016

Publicação trimestral da ANEPAC

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES
DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO

Rua Santo Amaro, 71 - 18º andar - Bela Vista
CEP 01315-0001 - São Paulo/SP

✉ anepac@anepac.org.br ☎ 11 3171 0159

🌐 www.anepac.org.br

Presidente Executivo

FERNANDO MENDES VALVERDE

Diretor

DANIEL DEBIAZZI NETO

Diretor Comercial

MARCOS INTELISANO

Presidente Conselho Administrativo

GUSTAVO ROSA LANNA (MG)

Vice-presidente Conselho

ANTERO SARAIVA JÚNIOR (SP)

Conselheiros

EDUARDO RODRIGUES MACHADO LUZ (SP)

CARLOS TONIOLO (SC)

FABIO RASSI (GO)

MARCO AURÉLIO EICHSTAEDT (SC)

ROBERTO CASTELANI (DF)

ROGÉRIO MOREIRA VIEIRA (RJ)

SANDRO ALEX DE ALMEIDA (RS)

LUIZ EULÁLIO MORAES TERRA (SP)

JOSÉ LUIZ MACHADO (RS)

EDNILSON ARTIOLI (SP)

ADILSON JOSÉ OTTO (SP)

MARCELO GANDOLFI SIQUEIRA (PR)

FAUAZ ABDUL HAK (PR)

artigos

Mineração de Agregados na Região Metropolitana da Baixada Santista

Parque Villa Lobos

6

inovação

Volvo Penta inicia produção de motor industrial no Brasil

Weir Minerals lança linha de britadores cônicos de alta performance

36

18

destaque

Somar é homenageada no Brazil Quality Summit

eventos

ANEPAC realiza Encontro de Negócios para debater melhorias no processo produtivo

Fórum Estadual da Mineração será realizado em agosto com presença da ANEPAC

WMC 2016: Confirmados os primeiros palestrantes

33

31

publicações

- Minérios & Minerale divulga vencedores de Prêmio de Excelência
- CBIC lança publicação com alternativas para ampliar a aplicação de PPPs e concessões

37

representatividade

- Victor Bicca é nomeado diretor-geral do DNPM

40

mundo

- Visão da indústria de agregados da Europa
- Congresso americano avança na aprovação do fundo de transporte
- Crescimento para agregados e cimento no primeiro trimestre

Conselho Fiscal

LUIZ EULÁLIO M. TERRA
FÁBIO RASSI
SÉRGIO PEDREIRA DE OLIVEIRA SOUZA

Projeto Gráfico e Editorial:

A2B COMUNICAÇÃO
RUA ÁLVARES MACIEL, 362 - SALA 901
CEP 30150-250 - BELO HORIZONTE - MG

☎ 31 2535.7464
✉ contato@a2bcomunicacao.com.br

🌐 a2bcomunicacao.com.br

a2b
comunicação


revista areia e brita

Areia e Brita é uma publicação da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção, dirigida às empresas, entidades e profissionais ligados direta ou indiretamente ao setor de agregados para a indústria da construção. As matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores, não refletindo, necessariamente, a opinião da ANEPAC.

SUA REPRODUÇÃO É LIVRE EM QUALQUER OUTRO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Mineração de Agregados na Região Metropolitana da Baixada Santista:

Resultados do Ordenamento Territorial Geomineiro Regional

 **Engenheiro de Minas** ¹Amilton dos Santos Almeida - **Geólogo(as)** ¹Edson Del Monte, ¹Silvana Costa Ferreira e ¹Paula Sayuri Tanabe Nishijima - **Tecnóloga** ¹Isabel Cristina Carvalho Fiammetti;

Engenheiro de Minas ²José Jaime Szelwar - **Geólogos** ²Antônio Camargo Júnior, ²Marcos Koritiae e ²Oswaldo Riuma Obata.

Desde a década de 90 o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), vem realizando e aprimorando trabalhos com base na aplicação da metodologia de Ordenamento Territorial Geomineiro (OTGM). Tais investigações objetivam promover o desenvolvimento sustentado e a harmonização da mineração com as demais formas de ocupação territorial do território investigado. Um trabalho, nestes moldes, foi conduzido para a Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) em 2014 e finalizado no início de 2015, obtendo-se resultados relevantes quanto à situação atual da produção e consumo dos agregados de brita e areia, no contexto regional.

Os trabalhos do IPT foram contratados pela Subsecretaria de Mineração (SSM), integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Energia e Mineração (SEM) do Governo do Estado de São Paulo. Por sua vez, conforme estabelecido pela política de governo do Estado de São Paulo, a SSM tem sido responsável pela análise e aprovação dos resultados obtidos nos OTGMs estruturados pelo IPT, tendo ainda a missão de divulgar e promover a gestão governamental para inserção destes OTGMs nos planos diretores municipais dos respectivos municípios integrantes das regiões paulistas investigadas. Outros territórios de municípios paulistas que já contam com OTGMs

consolidados, estão identificados e reunidos em Almeida e Del Monte et. al. in IPT (2014).

Fundamentos da metodologia OTGM

O Ordenamento Territorial Geomineiro consiste na investigação de um conjunto de bases temáticas relevantes à atividade de mineração, cuja integração permite ponderar e situar condicionamentos favoráveis (geologia, potencial mineral, demandas de mercado, entre outros), restritivos ou mesmo impeditivos (fragilidades locais, leis proibitivas, etc.), sejam estes de natureza legal, ambiental, ou associados a ambos. O principal resultado de um OTGM é a estruturação de um Modelo de Zoneamento Minerário (ou da Mineração) para o território de interesse, obtido pela integração das condicionantes advindas das bases temáticas investigadas, tendo como delimitação primária e fundamental: as zonas preferenciais de mineração, sem restrições mais relevantes; as zonas controladas de mineração, com alguma restrição mais relevante ou suscetibilidade acentuada do meio físico e que represente a necessidade de maior controle para determinado tipo de produção mineral; e as zonas bloqueadas para a mineração, onde a atividade não é permitida em decorrência de impedimentos legais, que podem ser de natureza ambiental, de ocupação local, ou ambas.

¹ Pesquisadores do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo.

² Gestores da Subsecretaria de Mineração da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo.



Um OTGM, consolidado para uma determinada região, constitui ferramenta de gestão pública de enorme relevância para orientar e disciplinar as atividades de mineração ali presentes, podendo ser incorporado aos Planos Diretores Municipais dos municípios abrangidos; ou constituir Plano Diretor de Mineração específico que poderá ser instituído no âmbito municipal, estadual ou até federal, em consonância com outros planos diretores porventura já existentes.

A Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS)

A RMBS abrange os municípios de Santos, São Vicente, Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe e Praia Grande (**Figura 1**). Limita-se pelo Oceano Atlântico à Sudeste e pela Serra do Mar à Noroeste, apresentando grande complexidade de ocupação territorial e enfrentando dificuldades quanto à harmonização entre as diversas formas de ocupação que envolvem moradias, atividades industriais em geral (incluindo a mineração), com destaque para Cubatão, e portuárias (o Porto de Santos é o maior da América Latina), bem como aquelas que são decorrentes do turismo e da conservação ambiental. A população, da ordem de 1,7 milhões de habitantes em 2013, costuma no mínimo dobrar no período de temporada ou em feriados prolongados. Os principais adensamentos populacionais ocorrem em São Vicente, Guarujá, Praia Grande e Santos.

No contexto socioeconômico da RMBS, o Porto

de Santos merece destaque especial pela sua importância regional, nacional e internacional. Anualmente, movimenta em torno de 76 milhões de toneladas de carga geral (líquidos e sólidos a granel), representando mais de 40% do movimento nacional de contêineres. É responsável por cerca de um quarto da Balança Comercial Brasileira, tendo movimentado, em 2010, o total de US\$ 96,2 bilhões do comércio internacional brasileiro. Responde por quase um terço do comércio exterior do país pelo modal marítimo, representando enorme avanço econômico para o Estado de São Paulo.

A consolidação de um OTGM regional

A RMBS possui aptidão para a produção de brita e areia, havendo empreendimentos ativos. Na região, prevalece uma forte demanda por tais agregados da construção civil para atender às necessidades socioeconômicas e de ocupação regional que são de alta complexidade. A conservação ambiental é um fator preponderante que condiciona e limita a atividade minerária regional. Neste contexto, é preciso analisar em detalhe a mineração regional, como questão essencial a ser equacionada. Tal necessidade motivou a SSM/SEM do governo do Estado de São Paulo a contratar estes trabalhos do IPT e que trataram de estruturar as bases técnicas de um OTGM Regional, proporcionando assim o suporte necessário para as ações governamentais estaduais de gestão da mineração na RMBS. Os resultados deste OTGM se encontram consolidados em Del Monte e Almeida et. al. in IPT (2015).



Figura 1 – Municípios constituintes da RMBS, abrangidos pelos estudos de OTGM conduzidos pelo IPT. Fonte: IPT (2015).



Um OTGM, consolidado para uma determinada região, constitui ferramenta de gestão pública de enorme relevância para orientar e disciplinar as atividades de mineração.



Bases temáticas estruturais do Modelo de Zoneamento Minerário na Região Metropolitana da Baixada Santista (MZM-RMBS)

Na estruturação do MZM-RMBS, procedeu-se à apreciação meticulosa das ocorrências minerais, dos processos de direitos minerários vigentes e da situação atual dos empreendimentos ativos (métodos de lavra e de beneficiamento, recuperações ambientais, escalas de produção, demandas por matérias-primas, entre outros aspectos relevantes), no caso para a produção de brita e areia. Foram investigados e ponderados os temas de potencialidade de implantação de novas minas; análise da arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral – CFEM; configuração do uso e ocupação do solo por intermédio de interpretação de imagens de satélites; geologia local e potencial mineral; legislação incidente na região e que condiciona a atividade de mineração, incluindo as áreas de proteção ambiental, áreas indígenas, e a consolidação do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) do Setor Costeiro da Baixada Santista (Decreto Estadual nº 58.996/2013); e a caracterização das atividades de mineração regionais e sua inserção no MZM estruturado. Cabe observar que o ZEE contempla também porções territoriais marítimas, visto que nestas incidem processos do DNPM, visando especialmente à extração de areia, estendendo-se então o MZM para tais porções não terrestres.

Resultados principais obtidos no MZM-RMBS

O resultado final da integração dos temas investigados constitui o **Mapa do Modelo de Zoneamento Minerário da Região Metropolitana da Baixada Santista (Figura 2)**

Destacam-se no MZM-RMBS, as porções territoriais assim classificadas:

Terrestres: três zonas bloqueadas para a mineração (ZBMs 1, 2 e 3); uma zona controlada de mineração de alta restrição (ZCM-AR) e uma zona controlada de mineração (ZCM); e

Marítimas: uma zona bloqueada para a mineração (ZBM-Mar); e uma zona controlada para a mineração (ZCM- Mar).

As áreas da distribuição territorial obtidas são:

Área Terrestre da RMBS = 2.359,72 km ²		
ZBM1	1.073,15 km ²	45,48 %
ZBM2	72,28 km ²	3,06 %
ZBM3	38,89 km ²	1,65 %
ZCM-AR	347,49 km ²	14,73 %
ZCM	827,91 km ²	35,09 %

Área Marítima da RMBS = 4.744,18 km ²		
ZBMmar	65,15 km ²	1,37 %
ZCMmar	4.679,02 km ²	98,63 %

No Zoneamento Terrestre há predominância de porções territoriais com atribuição de zona bloqueada para atividades de mineração (ZBM1 + ZBM2 + ZBM3), representando (em valores aproximados) 50% do território da RMBS; porções territoriais em que a mineração é admitida de forma controlada (ZCM) são 35%; e na situação de alta restrição à mineração (ZCM-AR) são 15%.

No Zoneamento Marítimo há ampla predominância de porções territoriais com atribuição de zona controlada para a mineração em ambiente marinho (ZCMmar), perfazendo 98,5% da porção marítima considerada da RMBS; apenas 1,5% é tida como zona efetivamente bloqueada (ZBMmar) para a mineração.

Uma análise quanto à distribuição territorial das fases dos processos DNPM de direitos minerários no MZM-RMBS permite verificar que a maioria das fases processuais ocorre com predominância de áreas localizadas em zonas controladas de mineração (ZCM). Nas Concessões de Lavra, em valores aproximados, 3.685 ha (46%) estão localizados em ZCM, bem como 145 ha (90,6%) dos Licenciamentos. Há 2.214 ha (27,5%) das áreas processuais de Concessões de Lavra incidentes em zonas bloqueadas de mineração (ZBM1, ZBM2 e ZBM3), sendo que destes, 1.845 ha (23%) incidem em



A RMBS possui aptidão para a produção de brita e areia, havendo empreendimentos ativos. Na região, prevalece uma forte demanda por tais agregados da construção civil.



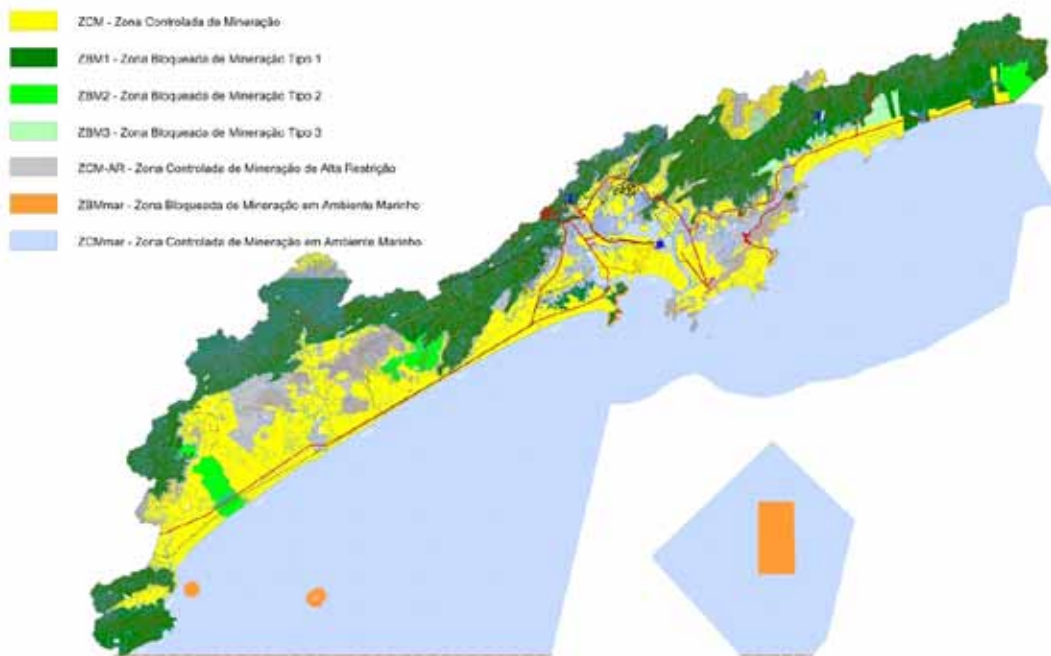


Figura 2 – Figura reduzida do Mapa do Modelo de Zoneamento Minerário da Região Metropolitana da Baixada Santista (MZM-RMBS). Fonte: IPT (2015).

ZBM2, o que significa localização em Terras Indígenas. Há ainda 1.637 ha (20,4%) incidentes em zona controlada marítima, o que denota forte interesse no desenvolvimento de atividades de mineração em ambiente oceânico.

A **Figura 3** ilustra a distribuição das áreas (valores percentuais) dos processos DNPM, em diferentes fases de andamento, nas categorias das porções territoriais estabelecidas do MZM-RMBS.

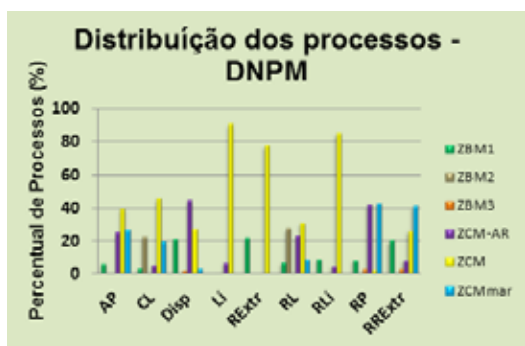


Figura 3 - Distribuição dos processos DNPM no MZM-RMBS. Fonte: IPT (2015).

AP = Autorização de Pesquisa; CL = Concessão de Lavra; Disp = Disponibilidade; Li = Licenciamento; RExtr = Registro de Extração; RL = Requerimento de Lavra; RLi = Requerimento de Licenciamento; RP = Requerimento de Pesquisa; RRExtr = Requerimento de Registro de Extração.

A mineração na RMBS e sua inserção no Modelo de Zoneamento Minerário Regional

Nos trabalhos de OTGM realizados, identificaram-se 27 locais onde existem, ou existiram, atividades de mineração na RMBS, destacando-se 8 áreas (7 em atividade e 1 paralisada temporariamente), sendo: 5 pedreiras (1 em Mongaguá, 3 em Santos e 1 em São Vicente), 2 lavras de materiais de empréstimo em Peruíbe; e 1 lavra de areia em São Vicente. Os principais empreendimentos de mineração da RMBS são: as Pedreiras Intervalas, Engebrita e Maxbrita, em Santos; Pedreira Mongaguá, em Mongaguá; Pedreira Maria Teresa (paralisada temporariamente), em São Vicente; Minerações de areia Aguiar Sartori e STAF, em São Vicente; e extração de material de empréstimo da Imigrante Terraplanagem, em Peruíbe.

As características gerais de cada empreendimento foram investigadas (métodos operacionais, produção, aspectos ambientais, mercado consumidor, condições relevantes do entorno, vida útil, dificuldades de licenciamento, entre outros), avaliando-se sua capacidade em inserir-se no MZM-RMBS, bem como sua efetiva localização no modelo estruturado.



A título de exemplo, a **Figura 4** apresenta a inserção do Processo 820224/1994 do DNPM (Concessão de Lavra da Pedreira Mongaguá) no MZM-RMBS.

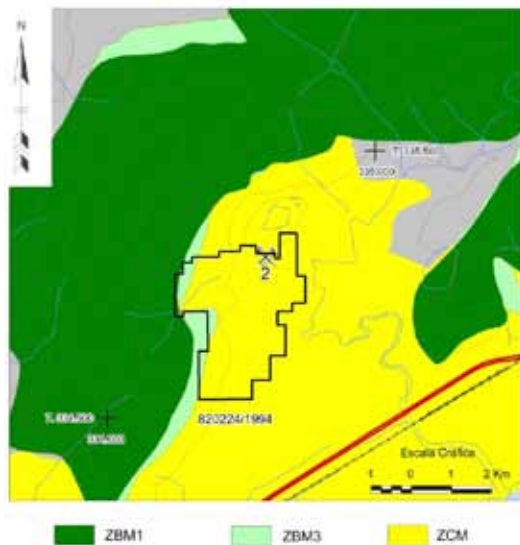


Figura 4 - Localização do processo 820224/1994 da Pedreira Mongaguá no MZM-RMBS. Fonte: IPT (2015).

As Fotos 1 e 2 são respectivamente das áreas de operação das Pedreiras Mongaguá e Intervalles, obtidas durante os trabalhos do OTGM-RMBS.



Foto 1 – Área de operação da Pedreira Mongaguá (instalações e Cava Norte); ocupação urbana na porção esquerda da foto. Fonte: IPT (2015).



Foto 2 – Vista da área de lavra da Pedreira Intervalles; no plano de fundo da foto, observa-se a distante ocupação urbana e industrial da cidade de Santos. Fonte: IPT (2015).

Aspectos relevantes e diretrizes para a mineração da RMBS

Com base nas investigações e resultados obtidos no MZM-RMBS, sintetizam-se os pontos de maior relevância para a mineração regional.

O licenciamento ambiental de ampliação das áreas de lavra das pedreiras da RMBS é um aspecto fundamental para a continuidade das atividades dos poucos empreendimentos ainda operantes, considerando a enorme carência de brita na região.

As ocupações de caráter urbano (moradias) ou de indústrias, quando ocorrem nas imediações das pedreiras, constituem um fator condicionante fundamental das suas atividades, devendo haver monitoramento e mitigação dos efeitos ambientais adversos que são provocados pelas operações de produção sobre a população local e as edificações ali existentes (sobrepensões atmosféricas e vibrações do terreno geradas no desmorte rochoso por explosivos).

No momento da desativação das pedreiras é fundamental que aspectos ambientais e de segurança sejam observados e contemplados:

estabilização dos taludes, bermas, pisos inferior e superior, sejam em rocha ou solo, situados na área de lavra (pit final) da pedreira; construção de sistemas de drenagem definitivos; controle do acesso aos lagos



formados com monitoramento da qualidade da água; entre outros.

Na porção oceânica do MZM-RMBS há incidência significativa de processos DNPM em zona controlada marítima (ZCMMar). As Concessões de Lavra de areia estão em nome da MSB Minerações Sustentáveis do Brasil, bem como parte significativa dos demais processos. Tal atividade precisa ainda ser licenciada pelos órgãos de controle ambiental do Estado. A justificativa para a possível instalação destas lavras é de natureza logística, dada à carência de minerações de areia na RMBS. Evidentemente, há aspectos ambientais e operacionais relevantes a serem devidamente ponderados neste tipo de lavra, visando o licenciamento das operações.

A produção anual de areia da RMBS é irrisória quando confrontada com a dimensão do respectivo mercado consumidor. Apenas a Mineração STAF encontrava-se em atividade durante os trabalhos investigativos, com produção estimada em 72 mil toneladas. Dados obtidos sobre o consumo médio anual regional situam em 2,4 milhões de toneladas de areia, proveniente quase que integralmente das minerações localizadas na Bacia Hidrográfica do Baixo Ribeira de Iguape. Destes fornecedores, destacam-se as empresas que compõe a AMAVALES - Associação dos Mineradores de Areia do Vale do Ribeira e Baixada Santista - operando com tecnologia avançada de produção, compatível com as características das jazidas e com a sustentabilidade dos empreendimentos. Tal situação foi identificada nos trabalhos de OTGM realizados em Almeida et. al. (2007). Informações atualizadas (em 2015), advindas da AMAVALES, indicam que do total de fornecimento do consumo atual da RMBS, cerca de 1,45 milhões de toneladas (60%), advém destas empresas associadas.

A produção anual de brita situa-se em torno de 1,9 milhões de toneladas. A demanda de consumo é variável e pode aumentar significativamente dependendo de obras de grande porte na região, sejam portuárias ou de infraestrutura urbana. Dados obtidos indicam um consumo médio anual de 2,7 milhões de toneladas, sendo que a ocorrência de obras especiais de grande dimensão pode elevar significativamente este número. Há,

portanto, um déficit anual na produção regional de pelo menos 0,8 milhões toneladas. Esta carência é suprida por pedreiras localizadas na RMSP, especialmente aquelas que estão mais próximas da rodovia Mogi-Bertioga. Um exercício quanto ao número de viagens (caminhões em circulação) entre o planalto e o litoral, envolvidos neste abastecimento, indicam um fluxo da ordem de 29.600 viagens/ano (média de 120 viagens/dia) de carretas, ou 53.300 viagens/ano (média de 210 viagens/dia) de caminhões trucados. Admitindo-se uma demanda aquecida que eleve este déficit anual para 1 milhão toneladas, significaria cerca de 37.000 viagens/ano (média de 150 viagens/dia) ou 66.500 viagens/ano (média de 260 viagens/dia) de caminhões trucados. Há que se refletir sobre: o alto custo envolvido nestas operações de transporte; os impactos provocados no meio ambiente (emissão de poluentes); os impactos na conservação das estradas; riscos de acidentes; e o efeito de elevação do preço da brita (custo do pedágio e distância de transporte encarecem o produto), com reflexos econômicos negativos para a construção civil da RMBS.

Considerações finais

Há poucas porções territoriais da RMBS aptas a abrigarem atividades minerárias, que por sua vez devem ser compatibilizadas com as demais formas de ocupação predominantes. Bloqueios à mineração advêm das inúmeras Unidades de Conservação Ambiental e da existência de Terras Indígenas.

O MZM-RMBS ora estruturado apresenta grande complexidade, tanto em termos de categorização quanto de distribuição das porções territoriais, limitando os territórios onde a mineração pode estar instalada. Fragilidades ambientais, conflitos de natureza ocupacional ou disputas pelo uso da terra condicionam a mineração regional.

A quase total inexistência de produção de areia na região é fator fundamental a ser considerado no estabelecimento de uma política para promover e fortalecer o desenvolvimento sustentado da mineração de areia do Vale do Ribeira, que produz praticamente todo o consumo atual da RMBS. Há que se observar também a potencialidade para lavras de areia em ambiente marítimo, porém com



A produção anual de brita situa-se em torno de 1,9 milhões de toneladas. A demanda de consumo é variável e pode aumentar significativamente dependendo de obras de grande porte na região, sejam portuárias ou de infraestrutura urbana.



aspectos operacionais e de licenciamento a serem devidamente equacionados e contemplados.

O consumo atual de brita da RMBS é superior à capacidade de produção das pedreiras ativas da região, situação que deve se tornar ainda mais crítica no futuro. Tal carência é suprida por pedreiras da RMSP, com implicações negativas de natureza econômica, logística e ambiental. A continuidade da operação das pedreiras, ainda ativas da RMBS, é fundamental, e depende dos respectivos licenciamentos ambientais; estes empreendimentos poderão ainda ampliar a capacidade de produção atual e melhorar a infraestrutura já existente. No futuro, a região poderá contar com a instalação de novas pedreiras.

O MZM-RMBS, estruturado pelo IPT sob a gestão da política estadual estabelecida pela Subsecretaria de Mineração da Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo poderá, oportunamente, ser reavaliado à luz de novas informações. O arcabouço técnico ora gerado poderá ser incorporado aos instrumentos legais promotores de políticas públicas regionais para o desenvolvimento sustentável da atividade

de mineração ali presente, harmonizando-a com as demais formas de ocupação territorial, sejam de cunho habitacional, industrial, turismo, comercial, rural, ou de preservação do meio ambiente e das comunidades indígenas.



Referências

ALMEIDA A. S. et. al. Bases Técnicas para o Ordenamento Territorial e Desenvolvimento Sustentável da Mineração no Vale do Ribeira - Municípios de Registro, Sete Barras, Juquiá, Miracatu, Jacupiranga e Iguape. IPT (Relatório Técnico 14002-301), 2007.

ALMEIDA A. S.; DEL MONTE E. et. al. Mercado Produtor Mineral e Sistema de Informações Minerárias (SIMIN) do Estado de São Paulo: caracterização do cenário, reestruturação do sistema e atualização de dados: IPT (Relatório Técnico 137722-205), 2014.

DEL MONTE E.; ALMEIDA A. S. et. al. Ordenamento Territorial Geomineiro da Região Metropolitana da Baixada Santista, Estado de São Paulo: IPT (Relatório Técnico 142577-205), 2015.

A Brazcrusher é uma empresa altamente qualificada, conta com profissionais experientes em dimensionamento, especificação e seleção de equipamentos

Equipe dedicada desenvolveu excelente banco de dados para elaboração de projeto técnico de sistema de extração e processamento de areia e instalações de britagem, atendendo as necessidades da área de processo de exploração de minerais e processamento dos agregados

Conta com grande experiência na fabricação, construção e reconstrução de equipamentos aplicados nos diversos sistemas de vibratórios e britagem

Fabrica componentes e peças de reposição para os mais variados tipos e modelos de equipamentos. Comercializa peneiras vibratórias, desaguadoras, hidrociclones, britadores, conjuntos móveis e semimóveis de peneiramento e britagem



ENTREVISTA

?



João Carlos de Souza Meirelles

Secretário de Energia e Mineração de São Paulo

João Carlos de Souza Meirelles é engenheiro civil, formado pela Universidade de São Paulo. Com experiência nos setores legislativo e executivo, Meirelles foi vereador de São Paulo, onde ocupou o posto de presidente da Câmara.

No executivo, foi secretário estadual de Agricultura e Abastecimento de 1998 a 2002, de Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo entre 2003 e 2006, além de assessor especial de Assuntos Estratégicos do governador do Estado de São Paulo em 2013. Desde 2015 é secretário de Estado de Energia.

RA&B - Qual a importância estratégica da Baixada Santista para a Secretaria de Energia e Mineração?

Meirelles - A Baixada Santista é uma das grandes responsáveis pelo comércio exterior do Brasil com o maior porto da América do Sul, em Santos. É uma região metropolitana que conta com universidades e escolas técnicas, formando mão de obra qualificada, centros de saúde e lazer, que dão qualidade de vida para a população e uma indústria química e de fertilizantes, que geram emprego e distribuição de renda.

Com a descoberta do pré-sal e o forte crescimento de São Paulo na produção de petróleo e gás natural na bacia marítima de Santos, a Baixada Santista passou a ser uma região ainda mais intensiva e ganhou uma nova fase de desenvolvimento, principalmente no setor de construção civil.

A Baixada Santista deverá ser o ponto de partida do projeto de segurança energética do Estado de São Paulo, com o fornecimento de gás natural para as termelétricas que serão construídas na sede da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), zona sul da capital paulista e também do projeto de um novo gasoduto que trará gás da região do pré-sal para o litoral paulista.

A região ainda conta com a usina Henry Borden, uma das mais antigas hidrelétricas do Brasil, que continua funcionando em sua plenitude, fornecendo energia elétrica para a Baixada Santista.

RA&B - Como a Secretaria vê o problema do abastecimento futuro de agregados para Construção?

Meirelles - O Estado de São Paulo conta com 97% da sua população vivendo em cidades. Isso faz com que a necessidade de areia, brita, cimento, vidro, cerâmica, entre outros agregados cresça ano a ano.

A Secretaria de Energia e Mineração está formulando um planejamento de curto, médio e longo prazo visando uma produção responsável por parte das empresas, a melhoria do abastecimento a custos compatíveis e fomentando uma comunicação positiva dessa indústria junto à população, a fim de mostrar a importância dos insumos para a vida das pessoas e gerar uma imagem positiva dessa produção.

Uma população consciente apoiará prefeitos e vereadores a incentivar a produção mineral em seus municípios.

RA&B - Como a OTGM poderá auxiliar as prefeituras da Baixada nesta estratégia?

Meirelles - A Secretaria de Energia e Mineração produziu, em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT, o Ordenamento Territorial Geomineiro - OTGM da Baixada Santista, que traz informações fundamentais sobre as possibilidades minerais para os municípios.

O OTGM da Baixada Santista está disponível para *download* no site da Secretaria (www.energia.sp.gov.br) e traz informações fundamentais para a atualização dos planos diretores municipais.

RA&B - A Secretaria, no seu plano de ação, poderá contemplar essa possibilidade?

Meirelles - A Secretaria tem em seu plano de ação estar ao lado das prefeituras e auxiliá-las nas questões ligadas ao abastecimento mineral. Participamos ativamente das atividades do Conselho Metropolitano da Baixada Santista, que reúne os prefeitos e desempenha um papel fundamental para o desenvolvimento integrado de todos os municípios da região. No Plano de Ação do Conselho está previsto um projeto de utilização de áreas lavradas como cavas, por exemplo, que podem servir como novas áreas de lazer ou construção de empreendimentos imobiliários.

Parque Villa Lobos:

A transformação de uma área modificada pela mineração.

 Jessica de Souza Ferreira*

Com o passar do tempo e o desenvolvimento da sociedade como a conhecemos atualmente, fez com que o homem tivesse a necessidade de aumentar a busca pelo conforto e qualidade de vida. Com isso, passou a explorar e utilizar ainda mais os bens naturais, principalmente aqueles minerais aparentemente abundantes e de baixo valor agregado. As mudanças no modo de vida, o anseio por construções próximas aos grandes centros urbanos e a chegada de novas tecnologias fez com que houvesse uma alta demanda no consumo de minérios, principalmente aqueles utilizados na construção civil, como a areia e pedra britada. Segundo Albuquerque (2008), a atividade de mineração foi imprescindível para sustentar o progresso e o nível da qualidade de vida da sociedade atual, podendo se dizer que tal atividade contribuiu para o desenvolvimento de povos que souberam usar esses recursos naturais da melhor maneira possível.

Visto que grande parte dos setores produtivos dependem dos minerais para diversos usos e aproveitamentos, as exigências provenientes da modernização socioeconômica resultam no avanço da tecnologia para atender esta grande demanda.

Devido ao uso transitório da atividade minerária, é possível perceber que atualmente, na cidade de São Paulo, importantes áreas verdes e de lazer tiveram origem em pretéritas áreas mineradas. Podemos apresentar como exemplo o Parque do Ibirapuera, a Raia Olímpica da Universidade de São Paulo e o Parque Villa Lobos.

A área do atual Parque Villa Lobos, possuía, nas

décadas de 50 e 40, uma atividade e paisagem totalmente diferentes da atual. Naquela época, esta região era considerada periférica à área urbana e concentrava uma atividade importante para o desenvolvimento da própria cidade. Tratava-se da várzea do Rio Pinheiros e era aproveitada para a retirada de areia para construção civil. O desenvolvimento da atividade promoveu a formação de grandes cavas ou lagoas. A mudança de atividade ocorreu na década de 80. Este mesmo local abrigou um grande depósito de resíduos, principalmente oriundos da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP). Em outra parte da área, o antigo proprietário permitia o depósito de entulho da construção civil. Em 1987, veio a grande mudança, desta vez definitiva: foram apresentados os primeiros estudos visando à implantação de um parque temático contemporâneo, a recuperação ambiental da área, o que proporcionou um novo uso para a população.

O presente estudo teve como objetivo inicial apresentar ao curso de Ciências Biológicas da Universidade Nove de Julho, o Trabalho de Conclusão de Curso, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Biológicas. Sendo possível apresentar o levantamento dos métodos de recuperação empregados para dar novo uso locacional e, consequentemente, melhorar a qualidade ambiental de área degradada pela mineração na região do Parque Villa Lobos, município de São Paulo, como subsídio para o desenvolvimento de projetos e planejamento dos usos futuros, visando a recuperação de áreas com histórico semelhante e em ambiente urbano.

* Bióloga – Graduada pela Universidade Nove de Julho, estagiou na empresa MGA – Mineração e Geologia Aplicada entre os anos de 2015 - 2016

✉ Jessica.sferreira93@gmail.com

📞 + 55 11 96095.2021 1



“

É possível perceber que atualmente, na cidade de São Paulo, importantes áreas verdes e de lazer tiveram origem em pretéritas áreas mineradas.

”



Histórico das mudanças e modificações ambientais provenientes das atividades minerárias

A região onde está localizado o Parque Villa Lobos, antes de 1987, ano de discussões sobre sua implantação, foi marcada por diversos cenários. Na porção mais oeste havia o depósito de resíduos da Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (CEAGESP), no qual diversas famílias iam em busca de alimentos e material para possível reciclagem, na tentativa de garantir a subsistência. Na região vizinha ao atual Shopping Villa Lobos, a leste do Parque, era depositado rejeito da mineração proveniente das atividades de lavra no rio Pinheiros, já a porção central do Villa Lobos era alvo de despejo de entulho da construção (SÃO PAULO, 2016).

Diversos relatos de memórias da mineração na cidade de São Paulo mostram, como exemplo, as várzeas e os leitos dos Rios Tietê e Pinheiros, nos quais foram intensamente lavrados em meados da década de 40 (REVISTA AREIA & BRITA, 1997). O Parque Villa Lobos está localizado nessas antigas áreas de lavra, sendo um bom exemplo para analisar o ambiente, na época de extração e após as atividades minerárias.

A **figura 1** representa a região da área de estudo antes da construção do Parque Villa Lobos, na época que era permitida a deposição de material dragado do rio Pinheiros e depósito de matérias da construção civil nas mediações do rio Pinheiros.

Em 1987, no ano em que se comemorava o centenário de nascimento de Heitor Villa Lobos, foram discutidos os primeiros estudos sobre a implantação de um parque para lazer, cultura e esporte, sendo destinados para este fim, pelos Decretos Estaduais, cerca de 730 mil m², e tendo em vista os usos do local à época, os moradores aceitaram bem a proposta.

Dois anos depois, as famílias residentes no local foram removidas e o parque começou a ser implantado pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Para tanto, foram retirados 500 mil m³ de entulhos com mais de 1m de diâmetro e para o acerto das elevações do terreno, movimentado 2 milhões de m³ de entulho e terra. O córrego que tramitava no local também foi canalizado.

No ano de 2004, o Decreto Estadual nº48.441 transferiu a administração do Parque Villa Lobos para a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA), onde as atividades de recuperação ambiental continuaram sendo exercidas e o projeto original foi aproveitado, juntamente com demais projetos executivos para solucionar problemas emergenciais, e projetos de expansão para o atendimento às legislações pertinentes.

As técnicas de recuperação

De acordo com a análise do projeto de recuperação ambiental e paisagístico (cedido pela SMA), de autoria do engenheiro agrônomo Rodolfo Geiser (1989), para a recuperação ambiental do local foi adotada a metodologia de transplântio de mudas nativas. Este método consiste na transferência da muda do local da sua produção para a área de cultivo definitivo, neste caso, o Parque Villa Lobos. Para compor a vegetação do Parque, Geiser propôs o transplântio de uma ampla variedade de espécies nativas e grupos vegetais, sendo estes diretamente integrados a proporcionar a diversidade e densidade da fauna.

Figura 1:
Área de estudo antes
da construção do
Parque Villa Lobos



A distribuição destes exemplares produtores de frutos é determinante para a diversidade, densidade e frequência da fauna. Segundo Machado (et al., 2006) a recuperação de áreas degradadas com a utilização de técnicas de revegetação de cobertura florestal que visam o reestabelecimento da avifauna, pode ser considerado um processo de sucessão artificial bem próximo aos processos naturais destes ambientes antes das ações antrópicas.

Ainda com relação à diversidade de espécies, é importante ressaltar que, de acordo com o material estudado, no projeto original já se esperava o transplante de mais de 120 espécies nativas, porém, foi adequado posteriormente de maneira a atender às Resoluções da SMA sobre a diversidade de espécies e, em 2006, o parque contava com aproximadamente 24 mil árvores transplantadas.

Entre os anos de 2008 e 2010, por ainda restar grande área livre para plantio, o Villa Lobos recebeu centenas de mudas referentes ao cumprimento de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA's) de diversas empresas e com isso, após o estabelecimento destas, o parque contará com cerca de 37 mil árvores transplantadas. Além disso, a realização contínua de atividades de manutenção e monitoramento foram essenciais para conduzir o processo de regeneração da área, resultando em uma comunidade bem estruturada e ecologicamente mais estável.

Atualmente: a importância do Villa Lobos para a população

Representando uma unidade de conservação que abrange 732 mil m² e sendo um dos principais parques de lazer da cidade, o Parque Villa Lobos está localizado na região oeste da cidade de São Paulo, no bairro Alto de Pinheiros, mais precisamente na avenida Professor Fonseca Rodrigues, nº 2001. Nesta área estão distribuídas estruturas e atividades de lazer ao ar livre que atingem diversos públicos, entre eles: biblioteca; ciclovias; quadras de jogos; campos de futebol; playground; pista de Cooper; aparelhos de ginástica; anfiteatro com capacidade para 750 pessoas; programas de educação ambiental; orquidário Ruth Cardoso; lanchonetes; sanitários e estrutura para atender deficientes físicos; além de bosques com diversas famílias botânicas da Mata Atlântica.



Área do Parque Villa Lobos

Estas atrações explicam a grande quantidade de pessoas que visitam o Villa Lobos. Durante a semana é estimado que cerca de 5 mil pessoas por dia desfrutem das atividades do parque, já nos finais de semana o número estimado é de 20 mil e nos feriados são mais de 30 mil visitantes.

O Parque Villa Lobos ainda se destaca por ser um dos pioneiros a ser adequado à acessibilidade de pessoas com deficiência e necessidades especiais. Por possuir extensa área plana e caminhos praticamente nivelados, o deslocamento dessas pessoas é facilitado. Nos parquinhos infantis, alguns dos brinquedos de madeira foram elaborados para garantir esta acessibilidade, como a caixa de areia e a casinha na montanha, que permitem acesso mesmo por quem estiver de cadeiras de rodas.

É importante ressaltar que o parque oferece monitoria ambiental para públicos de diferentes idades, proporcionando atividades de campo e fornecendo informações por meio de temas ambientais, como apresentação do histórico do parque, sua conservação e preservação, que visam sensibilizar e incentivar ações que contribuam para melhorias no meio ambiente e na qualidade de vida como um todo.

A atividade de mineração é considerada uma das atividades mais modificadoras da superfície terrestre, estabelecendo grandes transforma-



As atividades de mineração são consideradas umas das atividades mais modificadoras da superfície terrestre.





Secretaria Municipal do Meio Ambiente / Área do Parque Villa Lobos

ções da paisagem, podendo implicar em mudanças significativas na composição natural de um ambiente, como até mesmo alterar a complexidade de um ecossistema. No entanto, com o estudo realizado, ficou claro que o futuro de tais áreas pode superar o estado original, resultando principalmente no melhoramento da paisagem e/ou até da funcionalidade do local.

Ao resgatar o passado da região do Parque Villa Lobos e comparar com o seu uso atual, é possível concluir que a mineração, e demais atividades que podem envolver degradação, podem ter um uso sequencial e dar origem a ambientes grandiosamente valorizados pela comunidade. Para tanto, deve haver disciplina, consciência, responsabilidade, planejamentos com profissionais comprometidos, apoio do poder público e principalmente metodologias de recuperação eficientes.

As junções destes aspectos demonstram que a mineração pode dar início à formação de um ambiente reabilitado, com valorização estético-ecológica e com fins recreativos e de lazer, além de trazer um cenário altamente admirado pelos visitantes.



Jessica de Souza Ferreira



Referências

ALBUQUERQUE, P.T.S.
A aqüicultura como alternativa de reabilitação ambiental para áreas mineradas na Região Metropolitana do Recife – RMR e Goiana-PE. Recife, 2008. 108 p. Dissertação (Engenharia de Pesca) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mineral - PPGE, Universidade Federal de Pernambuco, 2008.

GEISER, R; FERRAZ, M.
Projetos paisagísticos. Arquivo da Secretaria do Meio Ambiente. São Paulo, 1989.

REVISTA AREIA & BRITA.
Desenvolvimento sem produção de areia? Impossível! São Paulo: ANEPAC, n.01, p.03-06, abr/mai/jun. 1997.

Agradecimentos

À UNINOVE – Universidade Nove de Julho.

À Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMA) e Coordenadoria de Parques Urbanos (CPU), em especial à arquiteta Ana Lúcia P. de Faria.

À empresa MGA - Mineração e Geologia Aplicada Ltda., em especial ao geólogo Hércio Akimoto e à jornalista Luana Lopes.





Somar é homenageada no Brazil Quality Summit

A mineradora SOMAR – Sociedade Mineradora, foi reconhecida pelo Prêmio da Brazil Quality Summit por suas ações e práticas responsáveis na área da gestão de qualidade.



Verônica Dellamea da Somar recebe homenagem no Brazil Quality Summit



“Estamos felizes ao ver que a cada ano aumenta o número de empresas comprometidas com a gestão da qualidade e as boas práticas corporativas. Parabenizamos e reconhecemos o esforço de todas estas organizações líderes em seus setores que, com sua constante busca da excelência, marcam a pauta em um mercado altamente competitivo e exigente”,

disse Daniel Maximilian da Costa, fundador e CEO da Latin American Quality Institute (LAQI). A instituição tem alianças com organismos governamentais e não governamentais a nível mundial.

Na sua história de pioneirismo de mais de 30 anos operando no setor de areia no Rio Grande do Sul, a SOMAR se consolidou como a maior mineradora de areia do Brasil. Em 2015, recebeu uma certificação rara no segmento em que atua: a ISO 14001, conferida pelo INMETRO e pela britânica UKAS – United Kingdom Accreditation Service, dois importantes carimbos de aprovação internacional das suas políticas, metas e programas de melhores práticas de proteção ambiental. Outra conquista obtida no mesmo período, foi a ISO 9001, também assinada pelas duas instituições, desta vez com foco na qualidade e transparência do sistema de gestão da empresa. As certificações foram auditadas pela líder mundial em serviços e auditorias de certificação, a Bureau Veritas.

Ao longo de suas atividades, importante destacar a iniciativa inédita da mineradora de disponibilizar em seu site cerca de 100 estudos técnicos sobre as áreas de influência direta e indireta de suas operações desenvolvidos por equipes da SOMAR, consultores e universidades. Entre eles estão estudos de grande relevância ambiental como o de Levantamento da Mata Ciliar, o Monitoramento da Ictiofauna e o Monitoramento da Fauna Pulmonada.

Para manter os padrões de mineração que sempre defendeu, a mineradora mantém

fiscalização permanente, 24 horas por dia, equipe especializada e lanchas cabinadas que percorrem os mais de 20 quilômetros da sua jazida. Também é importante destacar as muitas premiações nacionais e internacionais recebidas, com ênfase para os três prêmios internacionais da Latin American Quality Institute e o Selo Verde Chico Mendes de Responsabilidade Socioambiental, respeitado reconhecimento entregue à mineradora em dois anos consecutivos (2014/2015) pelo Instituto Internacional Socioambiental Chico Mendes.

Entre as ações ambientais desenvolvidas pela SOMAR está o Projeto Elo Verde, uma parceria com o Comitê da Bacia do Baixo Jacuí para o replantio da mata nativa nas regiões ribeirinhas dos 40 municípios que integram a bacia hidrográfica. Na área de educação ambiental, a mineradora desenvolve o Projeto Margens Vivas, um estímulo a conscientização ambiental e ao plantio de mudas nativas em áreas públicas e mata ciliar na região do Rio Jacuí, Charqueadas e São Jerônimo. A iniciativa também já possibilitou a criação do primeiro arboreto didático do país em uma escola, feito pelos alunos do Instituto Estadual de Educação São Jerônimo. Em 2015, doou duas lanchas voadeiras para instituições de grande importância social para a população de cidades banhadas pelo Rio Jacuí e arredores: o Grupo Escoteiro Jacuí e Bombeiros Voluntários.



Certificação recebida pela Somar Sociedade Mineradora



Para mais informações:

Assessoria de imprensa
SOMAR - Sociedade
Mineradora Ltda.

+55 51 3333-4343

www.somarmineradora.com.br



Bauma 2016 bate



A tradicional Exposição de BAUMA na Alemanha, que ocorreu entre 11 e 14 de abril deste ano, no centro de exposições Messe München em Munique, bateu todos os recordes segundo seus organizadores representados pela Associação Alemã de Maquinários para Construção e Máquinas de Materiais para Construção e Messe München (VDMA), seu presidente, Johann Sailer, explica o sucesso:

“BAUMA é a plataforma ideal para apresentar novidades e inovações, porque tem um grande impacto sobre a indústria em todo o mundo. De novo, a maior show do mundo de maquinários de construção vai dar ímpeto para um futuro crescimento de nosso setor”.

“A resposta trazida pelos participantes deste ano foi incrível. Visitantes da BAUMA sempre vêm visando investir, mas este ano os cadernos de encomendas dos exibidores ficaram cheios mais rapidamente que o



todos os recordes



Os sete dias da exposição atraiu cerca de 580 mil visitantes de 200 países a Munique.

esperado. Muitos deles estão falando em níveis recordes de demanda na BAUMA 2016. Trata-se de um sinal extremamente positivo neste clima atual de incertezas, a despeito da preocupação geral com relação aos mercados da América Latina, Rússia e especialmente da China", comentou o presidente e CEO da Messe München, Klaus Dittrich.

Os negócios estão melhorando para os fabricantes de equipamentos, a mineração, a construção e os agregados. Esses sinais

se refletem na quantidade e qualidade das pessoas que foram à Munique para a feira, no tamanho e no tipo de equipamentos mostrados e nas intenções sérias de compra. Diversos executivos das empresas prevêem que essas condições devem se manter durante todo o ano de 2016. As principais inovações ou novidades que os fornecedores de máquinas e equipamentos mostraram aos visitantes foram a tendência em equipamentos cada vez maiores, controle de emissões e produtividade.





Os sete dias da exposição atraiu cerca de 580 mil visitantes de 200 países a Munique - um crescimento de mais de 9% em relação a 2013. Depois da Alemanha, os 10 países que mais enviaram visitantes foram Áustria, Suíça, Itália, França, Holanda, Reino Unido, Suécia, Federação Russa, Polônia e República Checa. Em uma área de 605 mil metros quadrados de exposição, 3.423 expositores apresentaram seus produtos, inovações e desenvolvimentos, sendo 1.236 alemães e 2.160 de outros 58 países. Os expositores de fora da Alemanha representaram 63% do total, um recorde também.

Além de quebrar recordes, BAUMA 2016 foi também um sucesso em encomendas feitas às empresas expositoras. Stefan Heissler, membro da diretoria da Liebherr Internacional disse que “BAUMA 2016 foi um tremendo sucesso para a Liebherr. Recebemos muitas encomendas de muitos mercados diferentes. Em alguns segmentos, nossas expectativas foram em muito superadas”. Para o vice-presidente da

diretoria de gerenciamento da Zeppeli, Michael Heiderman, “BAUMA 2016 mostrou mais uma vez que ela de fato incrementa inovações e fez crescer sua reputação de ser a líder em feiras comerciais”. Jürgen e Stefan Wirtgen, sócios no Grupo Wirtgen, também estavam delirantes com BAUMA 2016: “BAUMA, como a líder em exposições de equipamentos para construção, tem sido sempre uma espécie de barômetro para a indústria e desde a primeira exposição tem um significado especial para nossa empresa. Nossa apresentação este ano na BAUMA é a mais bem sucedida da história da Wirtgen”.

Empresas do setor mineral também consideraram muito positivas a exposição de seus produtos e inovações. Erwin Schneller, diretor-gerente da SBM Minerals, destaca: “BAUMA é muito internacional. Tivemos visitantes do Chile ao Canadá, da China à Rússia, da África até a Noruega. O que me impressionou foi que tivemos algumas vendas inesperadas durante a feira”.



Uma outra característica de BAUMA é ser uma plataforma para mostrar em primeira mão inovações para os visitantes.



A Caterpillar lançou novos equipamentos na BAUMA 2016.

Visitantes interessados e plataforma para mostra de inovações

A 31ª edição da feira comercial líder em maquinários para construção, máquinas para materiais de construção, equipamentos de mineração, veículos para construção e equipamentos de construção foi realmente especial também na qualidade de seus visitantes. Alexander Schwörer, diretor-gerente da Peri, comentou: "Para nós BAUMA 2016 foi um tremendo sucesso. Estamos muito satisfeitos com a resposta e com a alta qualidade dos visitantes". Também impressionado ficou Frank W. Reschke, diretor de vendas e membro da diretoria da Masa, "estamos muito felizes da forma como a feira transcorreu. Desde o primeiro dia, recebemos um



A Hyundai apresentou equipamentos, incluindo escavadeiras, pás-carregadeiras e empilhadeiras.

fluxo constante de visitantes de todas as partes do mundo em nosso stand. A qualidade dos visitantes interessados era de primeira classe, assim como foi há três anos, e tivemos excelentes discussões e opiniões técnicas".

Uma outra característica de BAUMA é ser uma plataforma para mostrar em primeira mão inovações para os visitantes. John L Garrison, presidente e CEO da Terex Corporation, comentou que "a cada três anos BAUMA oferece-nos uma oportunidade única para encontrar clientes de todo o mundo. Sendo a maior exposição da indústria da construção, é uma grande oportunidade para mostrar novos produtos e serviços". Masatoshi Morishita, diretor-gerente e CEO da Komatsu Europe, acrescentou "usamos a atenção que BAUMA atrai para apresentar nossas inovações. Este evento é um marco para a indústria da construção. Esta feira comercial impulsiona sem nenhuma dúvida a indústria toda para frente."



Em termos do público presente no evento, observa-se que as empresas enviaram pessoas qualificadas de departamentos como projeto, engenharia e compras, o que significa uma intenção muito positiva de investir. Também os equipamentos expostos dão indicações que os exibidores tinham ambições de muitos negócios. Eram itens especialmente fabricados e não itens de estoque.

ANEPAC na Bauma 2016

Diversos executivos de empresas produtoras de agregados e associados da ANEPAC, à convite da Liebherr, marcaram presença na Feira. Um extenso programa de visita ao stand da Liebherr, área de demonstração e fábricas de pás carregadeiras na Áustria foram muito interessantes para a comitiva.

Para Delano Pedrosa Runha, da AB Areias, o avanço tecnológico em máquinas e equipamentos foi bastante notado, especialmente em áreas importantes para a AB Areias, como movimentação e beneficiamento, desde pás carregadeiras como as da Liebherr, até equipamentos diferenciados como os da CDE - multinacional fornece-

dora de equipamento de lavagem de pedreiras e minas para o mercado.

Carlos Eduardo Pedrosa Auricchio, da AB Areias, e diretor do Departamento da Indústria da Construção da Fiesp (Deconci), observou que o Brasil está numa bolha “enquanto no mundo as coisas estão acontecendo, por aqui, apesar de termos inúmeras necessidades na área de infraestrutura, estamos parados. Foi verdadeiramente impactante para nós depararmos com essa situação”.

A Revista Areia & Brita também esteve presente nos stands das revistas que cobrem o setor de agregados – Rock Products e Pit&Quarry –, para estudar a possibilidade de obter direito de tradução de matérias técnicas publicadas por elas.



Missão Bauma (da esquerda para a direita):
Delano Pedrosa (AB Areias), Marcos Gabrioli (Liebherr),
Richard Stroebel (Liebherr), Carlos Aurichio (AB Areias),
Fernando Valverde (ANEPAC) e Iasmin Valverde.



Fique atento:

A próxima edição da BAUMA será realizada entre 8 e 14 de abril de 2019, em Munique.

Fotos: Messe München



É hora de colocar seus investimentos na balança.

Evite falhas por excesso de carga e deixe de lado o controle através do volume.

Pese com a 900i, a balança de caminhões da Toledo.

Seu negócio muito mais lucrativo, ágil e seguro.



EXCLUSIVA
CÉLULA DE CARGA
À PROVA DE RAIOS
PARA BALANÇA DE CAMINHÃO



0800-554122
toledobrasil.com.br

Toledo do Brasil
Indústria de Balanças Ltda.

Empresário da construção se mostra menos pessimista com nova política econômica, aponta SindusCon-SP

Sondagem feita pelo SindusCon-SP entre os empresários da construção civil no mês de maio aponta para uma melhora nos ânimos do setor, mesmo com a atividade ainda em declínio.

Medidas que façam as construtoras saírem da recessão devem ser feitas com urgência.



As mudanças no governo são o principal fator para a alteração na expectativa daqueles que responderam ao levantamento no item Condução da Política Econômica, que chegou a 45,75 pontos – um crescimento de 331,2% em relação ao último trimestre.

Apurada trimestralmente pelo SindusCon-SP desde agosto de 1999, a sondagem segue uma escala que vai de “0” a “100”, tendo o valor “50” como centro. Ou seja, abaixo de “50” pode ser interpretado como um desempenho não favorável. A exceção fica apenas por conta do item dificuldades financeiras, cujos valores abaixo de “50” significam dificuldades menores.

O presidente do SindusCon-SP, José Romeu Ferraz Neto, destaca que, apesar do aumento na queda da atividade das construtoras no presente, diminuiu o pessimismo em relação à evolução futura dos fundamentos econômicos. “O que precisa ser feito agora e com urgência é a adoção de medidas que façam as construtoras saírem da recessão, tais como novas PPPs e concessões, estímulo ao crédito imobiliário e destravamento do Programa Minha Casa, Minha Vida”, afirma.

O item Crescimento Econômico registrou variação



positiva de 103,7% no trimestre e chegou a 23,42 pontos. Ainda não é possível dizer que os empresários estão otimistas, mas eles se mostram mais confiantes com uma evolução favorável nos próximos meses.

Já as Perspectivas de Desempenho ficaram em 33,32 pontos, alta de 6,7% no trimestre em relação ao anterior, mas ainda com queda de 7,3% no acumulado do ano. As Perspectivas de Evolução dos Custos tiveram alta de 9,3% no trimestre (com 51,89 pontos). No ano o acumulado é de 7,9%. Inflação Reduzida aponta variação de 77,4% no trimestre (27,13 pontos).

Já o item Dificuldades Financeiras teve queda de 2,2% no trimestre (68,66 pontos). É importante lembrar que esse item é o único cujos valores abaixo de "50" significam dificuldades menores.

Se as expectativas mostram sinais de melhora, no presente o item Desempenho da Empresa ainda mostra pessimismo, com queda de 9,7% no trimestre, atingindo 25,03 pontos, novo piso na pesquisa iniciada em agosto de 1999. Desde o mesmo período de 2013, o indicador caiu cerca de 50%, ou seja, é quase a metade do que foi registrado há três anos pela pesquisa, o que reflete o declínio acentuado da atividade desde então.

A produção formal do setor sofre com a redução do investimento das famílias, empresas e governos. Mais de 690 mil postos de trabalho foram fechados, entre maio de 2013 e abril deste ano. O emprego na construção civil teve queda de 14,1% no primeiro quadrimestre de 2016, em relação ao ano passado. A expectativa é de que os postos de trabalho com carteira assinada continuem em queda.



Veja abaixo a avaliação dos empresários sobre os itens que compõem a sondagem:



DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO

	BRASIL			SÃO PAULO		
	MÊS	VARIAÇÃO (%)		MÊS	VARIAÇÃO (%)	
	MAIO/2016	TRIMESTRE	ANO	MAIO/2016	TRIMESTRE	ANO
Desempenho da empresa	25,03	-9,7%	-27,4%	24,18	-11,5%	-30,1%
Dificuldades financeiras	68,66	-2,2%	-1,4%	68,60	-3,4%	-1,9%
Perspectivas de desempenho	33,32	6,7%	-7,3%	33,05	6,9%	-7,9%
Perspectivas de evolução dos custos	51,89	9,3%	7,9%	51,94	9,2%	8,2%
Condução da política econômica	45,75	331,2%	65,01%	46,67	365,3%	63,1%
Inflação reduzida	27,13	77,4%	48,5%	27,89	86,4%	49,0%
Crescimento econômico	23,42	103,7%	88,4%	23,33	108,5%	93,6%



A produção formal do setor sofre com a redução do investimento das famílias, empresas e governos.

Consic/Fiesp debate concessões e PPPs com secretaria de governo

O Conselho Superior da Indústria da Construção (Consic) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), realizou reunião extraordinária no último dia 28 de junho, na sede da entidade, com a Secretaria de Governo do Estado de São Paulo, para falar sobre o programa de concessões e futuras Parcerias Público-Privadas (PPPs).



Durante o encontro, a subsecretária de Parcerias e Inovação, Karla Bertocco Trindade, apresentou panorama detalhado das concessões e PPPs em São Paulo, apontando obras em andamento e novos projetos, como linhas de trem e metrô, PPPs na área habitacional, aeroportos e projetos na área de saneamento e recursos hídricos. Segundo Karla Trindade, o governo já conseguiu obter investimento auditado de mais de R\$ 100 bilhões em infraestrutura no Estado de São Paulo.

A subsecretária afirmou que desde o ano passado o foco central do governo estadual foram as concessões, tendo em vista que as PPPs são mais complexas e possuem grandes desafios para atrair parceiros dispostos a viabilizar projetos, como o *rating* de crédito do país, a desvalorização cambial, o cenário político institucional, o comprometimento fiscal e restrições orçamentárias do Estado. “Dentre as propostas para lidar com os desafios que se instalam atualmente, desponha

Reunião extraordinária do Consic, com a participação da Secretaria de Governo do Estado de São Paulo.



para nós como prioridade a necessidade de aprimoramento das parcerias travadas com a iniciativa privada”, disse.

Trindade também apresentou projetos que estão em fase de desenvolvimento, como o Sistema Produtor do Alto Tietê, Moradias de Interesse Social no centro de São Paulo, aeroportos, ônibus intermunicipais, trem intercidades e o trecho norte do Rodoanel.

José Carlos de Oliveira Lima, presidente do Consic, afirmou que a Fiesp deve ajudar o governo a agir para ter os avanços necessários. “A infraestrutura no Brasil é um problema e nossa grande preocupação é com a insegurança jurídica”, disse Lima.

Presente no encontro, o deputado estadual Itamar Borges (PMDB-SP) reforçou a importância de construir parcerias para abrir caminhos e oportunidades no setor. Carlos Eduardo Auricchio, diretor titular do Departamento da Indústria da Construção da Fiesp (Deconcic), fez uma alerta sobre o licenciamento ambiental. “É

preciso que o processo de licenciamento saia antes das licitações, para não haver imprevisibilidade no setor”, disse.

Outro ponto de preocupação, comentado por Auricchio, é o crescimento significativo da informalidade no setor, que promove um ambiente de concorrência desleal e queda na arrecadação, entre outros problemas. Foi sugerido incluir o tema na pauta prioritária do Consic.

Para Manuel Carlos de Lima Rossitto, diretor titular adjunto do Deconcic, é preciso um trabalho em conjunto para criar uma lei financeira. “Isso vai trazer segurança ao investidor”, disse ele. Além disso, Rossitto também citou alguns pontos deficientes na governança, como a questão do excesso de peso nas rodovias.

Compuseram também a mesa de trabalho o diretor titular adjunto do Deconcic Cristiano Goldstein, o empresário do setor Sérgio Vieira e, representando a Caixa Econômica Federal, Alexandre Martins Cordeiro, superintendente de Construção Civil do banco.



Fonte:

Anne Fadul
Agência Indusnet
/ Fiesp

Foto:

Helcio Nagamine
/Fiesp



Goiás

Após reunião na FIEG, deputado retira da pauta projetos que prejudicariam mineração

O vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) e da Câmara de Mineração da entidade e presidente do Sindicato das Empresas de Extração de Areia (Sindiareia), Gilberto Martins, reuniu-se com o deputado Luis Cesar Bueno (PT-GO) e pediu atenção a três projetos que tramitam na Assembleia Legislativa. As propostas de lei são prejudiciais ao setor mineral e, na opinião do empresário, não deveriam ser aprovadas.

Após ouvir os argumentos, o deputado se compro-

meteu a retirar os três projetos de tramitação e afirmou que trabalhará pela implantação de uma Frente Parlamentar em Defesa da Mineração na Assembleia Legislativa. As matérias propostas pelo parlamentar sugerem fiscalização mais rígida nas barragens do Estado, tendo em vista o desastre ocorrido em Mariana (MG). “A preocupação é mais do que legítima, mas nossas barragens seguem rigorosos processos de segurança e são constantemente fiscalizadas. Mais rigor só aumentaria a burocracia e poderiam inviabilizar as empresas, sem agregar resultados”, afirma Gilberto.





Frente Parlamentar paulista de apoio à mineração retoma atividades

João Caraméz, subsecretário de Assuntos Parlamentares da Casa Civil, dep. Itamar Borges, vice-coordenador da FPAM, dep. Roberto Morais, coordenador da FPAM e José Jaime Snelwar, subsecretário de Mineração

A Frente Parlamentar de Apoio à Mineração, coordenada pelo deputado Roberto Morais (PPS/SP), recebeu o subsecretário de Mineração da Secretaria de Energia e Mineração, José Jaime Snelwar, em reunião realizada no dia 1º de julho, no auditório Tiradentes da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Na oportunidade, José Jaime expôs o plano de ação da secretaria para o setor mineral paulista em 2016. Informou que o Estado conta com 3.000 empresas e movimenta cerca de 4 bilhões de reais por ano. Ele defendeu o que vem sendo chamado de mineração responsável, capaz de assegurar tanto o sucesso da atividade empresarial, quanto o bem estar social da população e do trabalhador. Enfatizou, ainda, que o conceito de mineração responsável deve ser defendido e aplicado no Estado de São Paulo.

Entre os problemas que afetam a mineração, o subsecretário destacou a informalidade, a evasão de impostos, mediante a guerra fiscal entre os

Estados, a demora da outorga e licenciamento e a ineficiência da gestão pública. Existe um enorme cipoal de leis e normas, às vezes contraditórias entre si, explicou.

Por sua vez, o deputado Roberto Morais elencou as conquistas da Frente Parlamentar de Apoio à Mineração, idealizada pelo então deputado João Caraméz (PSDB/SP), e procedeu a eleição do vice-coordenador, aclamada por unanimidade para o deputado Itamar Borges (PMDB/SP).

No transcorrer da reunião, diversos assuntos importantes para o setor mineral foram debatidos com destaque para a questão das poligonais do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), a criação por lei de um marco regulatório estadual para a mineração, a definição da criação de um grupo de trabalho com representantes do setor mineral e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) para tratar do licenciamento ambiental da mineração, entre outros assuntos.



Fonte:
Alesp

Foto:
Máuricio Garcia
de Souza



18º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-metalúrgica Brasileira

Minérios & Minerales divulga vencedores de Prêmio de Excelência

A revista Minérios & Minerales divulgou os projetos vencedores do 18º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-metalúrgica Brasileira. A premiação já é tradicional para as empresas da área. Nesta edição, foram mais de 90 projetos inscritos de diferentes áreas técnicas e vindos de todas as regiões do país.

A Imerys, mineradora que beneficia caulim no município de Barcarena, no nordeste do Pará, venceu o prêmio pela segunda vez consecutiva. Em 2015, foi premiada na categoria “Meio Ambiente” com seu Plano de Reflorestamento realizado no município de Ipixuna do Pará, onde extrai caulim. Esse ano, a empresa venceu na categoria “Redução do Consumo de Água” com seu projeto de reaproveitamento de água da chuva, que existe há apenas dois anos, mas traz bastante economia e respeito pelo meio ambiente.

“Já tivemos momentos onde paramos todos os poços da empresa apenas reutilizando água da chuva. O inverno amazônico contribui muito para essa economia”.

explica Jorge Almeida, técnico ambiental da Imerys. Até o meio de março deste ano, a empresa já contabilizou aproximadamente 57.600 metros cúbicos de água aproveitada no processo. Essa água vem tanto das bacias de contenção da empresa, quanto das calhas instaladas especialmente para isso em alguns prédios da planta.

A avaliação dos projetos vencedores do 18º Prêmio de Excelência da Indústria Minero-metalúrgica Brasileira foi realizada por Joseph Young, diretor editorial das revistas Minérios & Minerales e O Empreiteiro; professor Arthur Chaves, pesquisador titular do Instituto de Tecnologia Vale (ITV) e professor aposentado da Escola Politécnica da USP; Rotenio Castelo Chaves Filho, diretor e fundador da RZ Serviços e Consultoria e José Medo Mizaél de Souza, presidente da J. Mendo Consultoria.



Para saber mais acesse:

www.revistaminérios.com.br

e confira a lista dos vencedores.

Fonte: IBRAM



CBIC lança publicação com alternativas para ampliar a aplicação de PPPs e concessões


O investimento em infraestrutura tornou-se ponto chave para que o País volte a crescer em patamares mais sólidos e competitivos. Estudo da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) sobre Concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs) indica que essas modalidades de investimento são as alternativas mais eficazes para que o Brasil abra um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentado, tendo em vista que levou à incapacidade temporária do Estado brasileiro de investir recursos públicos em obras de infraestrutura – como rodovias, ferrovias, portos, aeroportos – e saneamento básico, saúde, educação e segurança. “O Estado brasileiro não está em condições de arcar, sozinho, com toda essa responsabilidade. A única forma de conseguir todo o capital necessário é por meio da participação da iniciativa privada, ou seja, por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs)”, destaca o presidente da CBIC, José Carlos Martins.

Ao detectar as dificuldades estruturais no financiamento dessa infraestrutura, o estudo “PPPs e Concessões – Propostas para Ampliar a Aplicação em Estados e Municípios”, produzido pela GO Associados, sugere ao gestor público mecanismos institucionais capazes de fortalecer e estimular a formação das PPPs e concessões em empreendimentos nos diversos segmentos de infraestrutura econômica de estados e municípios. O objetivo é contribuir para a retomada do desenvolvimento econômico do Brasil e o conseqüente aumento de empregos e renda. Com esse estudo, a CBIC, em correalização com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), avança no debate que tem proposto sobre alternativas para enfrentar a crise e novas oportunidades de negócios para a construção civil.

“Ampliar e modernizar a infraestrutura nacional passa hoje necessariamente pela implementação de concessões e PPPs, como forma de complementar os escassos recursos públicos nas três esferas do poder público”

defende o presidente da Comissão de Obras Públicas, Privatizações e Concessões (COP) da CBIC, Carlos Eduardo Lima Jorge. Segundo Jorge, apesar da evolução das PPPs e Concessões

no Brasil, o ritmo ainda está aquém das necessidades de obras públicas, considerando o enorme déficit de infraestrutura social e física do País. Para ampliar o atual processo, ele ressalta que é fundamental estimular a participação de mais empresas em concessões e PPPs. Destaca, no entanto, que ainda há muitos aspectos que podem e devem ser melhorados para garantir atuação crescente dos entes estaduais e municipais, com resultados satisfatórios, que englobam ações como capacidade de estruturação de projetos, melhorias da financiabilidade e maior segurança jurídica. Para Fernando Marcato, sócio da GO Associados, é inegável o esforço do governo federal para retomar os investimentos federais. O lançamento do Programa Crescer, de infraestrutura, que objetiva facilitar o acesso ao crédito, a formalização e a geração de trabalho e renda, é um exemplo disso. Outro foi a criação da Secretaria-Executiva do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), comandada pelo ministro Wellington Moreira Franco. No entanto, segundo Marcato, é importante observar que alguns setores da infraestrutura, especialmente os de saneamento, resíduos sólidos e transportes, são desenvolvidos e estão concentrados no nível municipal. “O documento da CBIC, portanto, é crucial para auxiliar o governo federal e os gestores públicos em nível municipal, levando propostas que permitam criar uma agenda de investimento em infraestrutura municipal”, destaca Marcato, evitando assim uma infraestrutura incompleta. “O objetivo é oferecer mecanismos ao governo federal para que ele possa fomentar esse tipo de iniciativa também em nível municipal”, completa.

A agenda de mudanças proposta pela CBIC visa atrair melhores projetos, mais empresas participantes e maior garantia de sustentabilidade nos processos de PPPs e Concessões em estados e municípios, em busca de uma infraestrutura melhor. 



Para saber mais acesse:

www.cbic.org.br

E confira a publicação.

Fonte: **CBIC Mais** Informativo da Indústria da Construção – Newsletter 01.07.16 / Edição 49

ANEPAC realiza Encontro de Negócios para debater melhorias no processo produtivo



Empresários do setor da mineração no primeiro Encontro de Negócios da ANEPAC.



Gustavo Lanna, presidente do Conselho Administrativo, e **Marcos Intelisano**, diretor comercial da ANEPAC.

A ANEPAC realizou, em São Paulo, a primeira edição do seu Encontro de Negócios. O evento que aconteceu em junho, em parceria com a CDE, multinacional fornecedora de equipamento de lavagem de pedreiras e minas para o mercado, reuniu empresários do setor de agregados para a troca de informações.

Como objetivo principal do evento, os participantes receberam informações da empresa parceira, a qual apresentou equipamentos disponíveis para o mercado brasileiro, e debateram possibilidades de melhorias no processo produtivo.

Para o diretor da Pirâmide Extração e Comércio de Areias, do grupo Okianos, Renato Machado Luz, que participou do evento, a iniciativa da ANEPAC foi muito interessante e inovadora. “O evento foi realizado em um cenário político e econômico muito incerto e mesmo assim estiveram presentes empresários respeitados pelo setor. A apresentação da CDE foi muito objetiva. Trouxe equipamentos inovadores que garantem maior eficiência no processo produtivo e reduções significativas de custos operacionais”, destaca Machado Luz. “Sugiro que a ANEPAC promova mais eventos como este. No cenário atual



os fabricantes de equipamentos e as empresas prestadoras de serviços podem oferecer grandes soluções para superarmos esse momento difícil em que nosso país se encontra”, completa.

O Encontro de Negócios faz parte do rol de ações planejadas pela ANEPAC, em parceria com os sindicatos do setor, com o objetivo de integrar fornecedores de produtos e serviços e empresários. A entidade pretende ampliar as parcerias para realização de novos encontros.

A CDE Global tem intensificado sua presença na América Latina nos últimos anos e por isso estabeleceu um escritório no Brasil desde 2012. Já foram realizados outros dois eventos de demonstração de equipamentos em Minas Gerais e Santa Catarina nos últimos dois anos.

“A CDE ficou muito satisfeita pela sua parceria com a ANEPAC para a elaboração e organização do evento. Através da Associação, a CDE pôde contar com a presença de relevantes profissionais da área de Mineração e Agregados e todo o apoio necessário no dia do evento”,

explica Lizandra Holanda, Executiva de Marketing da empresa.

De acordo com a empresa, a CDE pretende realizar outros Encontros de Negócios e o próximo provavelmente será em parceria com a ANEPAC na cidade do Rio de Janeiro em setembro.



Para mais informações:

ANEPAC
Marcos Intelisano

+55 11 3171-0159
+55 11 98122-2818
m.intelisano@anepac.org.br
www.anepac.org.br



Fórum Estadual da Mineração será realizado em agosto com presença da ANEPAC

O Fórum Estadual da Mineração de Agregados como Vetor do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul será realizado no próximo dia 12 de agosto e tem por objetivo mostrar a importância e contribuição da mineração para o crescimento da economia do Estado. O Fórum vai acontecer no auditório do Sindicato dos Engenheiros (Senge-RS), na capital gaúcha. Entre os palestrantes, estão confirmados a secretária estadual do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Pellini; o secretário estadual de Minas e Energia, Lucas Redecker; e o presidente executivo da ANEPAC, Fernando Valverde.

Além desses, o fórum também contará com as seguintes participações nos painéis: o senador

Lasier Martins (PDT/RS), o presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos Folador, o deputado estadual e secretário estadual do Trabalho e Desenvolvimento Social, Catarina Paladini (PSB-RS) e o superintendente regional do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Sérgio Bizarro Cesar.

O evento será dividido em dois momentos: pela manhã serão feitas as apresentações dos representantes das entidades e a parte da tarde contará com a explanação da ANEPAC sobre a trajetória da mineração no Estado de São Paulo, apresentando exemplos do desenvolvimento do segmento no Estado.



Fique atento:

Fórum Estadual da Mineração de Agregados como Vetor do Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul

Data: 12/08/2016
Local: SENGE-RS
Avenida Érico Veríssimo, 960
bairro Menino Deus

Informações sobre a programação e inscrições serão disponibilizadas pela Agabritas e Sindibritas em breve.

Confira no site:
www.sindibritas.com.br



WMC 2016: Confirmados os primeiros palestrantes



24th World Mining Congress
MINING IN A WORLD OF INNOVATION

18 a 21 de Outubro de 2016
Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Grandes nomes do Setor Mineral já confirmaram presença no World Mining Congress (WMC 2016), um dos mais importantes eventos de mineração do mundo. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM (www.ibram.org.br), o WMC 2016 será realizado entre os dias 18 e 21 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ), e contará com a presença de renomados palestrantes como Murilo Ferreira, presidente da VALE S.A.; Fernando Zancan, presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM); George Hemingway, sócio e chefe de Prática de Inovação na Stratalis Consulting; Edson Ribeiro, responsável pela Coordenação do Comitê Global de Gestão de Recursos e Reservas Minerais da VALE S.A.; Magnus Ericsson, CEO da Raw Materials Group (RMG) e Kulbir S. Gill, diretor da Clareo Partners.

A 24ª edição do WMC terá como tema “Mineração no mundo em inovação” e, para o palestrante George Hemingway, é fundamental debater esta temática no atual cenário da mineração mundial, visto que inovar pode ser a melhor saída para que as empresas consigam contornar a crise atual. “Esta crise oferece uma oportunidade para a mineração se preparar para o futuro. Mas é preciso que a indústria fuja dessa linha de programas de “Excelência Operacional” que inúmeras mineradoras utilizam nos dias de hoje e foque em algo novo, porém conhecido: a inovação. Ao redirecionar os nossos esforços para tecnologias que permitam a automação, a escalabilidade e a previsibilidade dentro do ambiente operacional e nos investimentos das organizações, as mineradoras estarão preparadas para crescer”, analisa.

Para Magnus Ericsson, apesar do cenário atual não ser muito positivo, não há motivo para preocupação. “O futuro da mineração em longo prazo é excelente. Mesmo que os processos de reciclagem e reutilização aumentem, ainda haverá grande demanda por novas extrações de minerais. Isto porque a necessidade por metais está relacionada ao desenvolvimento econômico e à melhoria no

padrão de vida de classes sociais mais baixas. Esse processo está em andamento e vai continuar por no mínimo mais uma década, o que pode ocorrer é uma queda no ritmo de crescimento.”

A 24ª edição do WMC reunirá área para apresentação de trabalhos técnicos, congresso e exposição. Segundo o diretor de Assuntos Ambientais do IBRAM e coordenador técnico do Congresso do WMC, Rinaldo Mancin, “o evento será uma excelente oportunidade para implantar uma rede mundial de intercâmbio de informações relacionadas à inovação na mineração, tecnologia, economia, saúde e segurança nas operações de mineração e proteção ambiental”.

Para o diretor-presidente do IBRAM, José Fernando Coura, o WMC permitirá a integração de altos executivos, profissionais da mineração e acadêmicos, bem como de importantes investidores. “Este será um evento de extrema importância para o País e permitirá a aproximação entre os principais atores do cenário mundial da mineração. Durante o encontro, os participantes têm a oportunidade de estreitar os relacionamentos com fornecedores, empresários e o público em geral, no intuito de promover uma mineração brasileira mais competitiva com o resto do mundo”. A expectativa é de que sejam abertas muitas portas para o desenvolvimento por meio da atração de investimentos, o que se traduzirá em reflexos positivos nos indicadores socioeconômicos para a população brasileira”, destacou Coura.

O WMC contará também com um espaço de aproximadamente quatro mil metros quadrados, divididos entre os estandes das principais empresas ligadas ao setor mineral. O ambiente é destinado a mostrar novidades em equipamentos, softwares e outros produtos ligados à indústria. A expectativa é que, durante os quatro dias de exposição, mais de dez mil pessoas visitem o local e possam ter contato com o que há de mais moderno no setor.

Evento que ocorrerá entre os dias 18 e 21 de outubro, no Rio de Janeiro (RJ) será palco de debates sobre inovação na mineração.



Para saber mais:

World Mining Congress (WMC 2016)

Data: 18 a 21 de outubro de 2016

Local: Centro de Convenções Sul América Rio de Janeiro (RJ)

www.wmc2016.org.br

Fonte: IBRAM – Profissionais do Texto

INOVAÇÃO

Volvo Penta inicia produção de motor industrial no Brasil

A Volvo Penta, divisão do Grupo Volvo que atua no mercado de motores marítimos e industriais, iniciou recentemente a produção do motor industrial no Brasil, no complexo fabril da empresa, em Curitiba. Os motores em produção são o TAD-1344GE e o TAD-1345GE, ambos de 13 litros, destinados a grupos geradores de energia.


**VOLVO
PENTA**

O segmento de geração própria de energia (produção independente) cresce em importância, especialmente no Brasil, à medida que a demanda por energia é maior que a oferta. De acordo com dados da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), do Ministério de Minas e Energia, o atual déficit energético brasileiro é de aproximadamente 50TWh.

Esta situação abre espaço para grupos geradores - sistemas que fornecem energia a partir de motores alimentados a diesel -, uma vez que indústrias, complexos agropecuários, hospitais, comércio e serviço apostam cada vez mais em auto geração. Hoje, principalmente em horários de pico de consumo, em que a energia é mais cara, empresas se desconectam da rede e usam grupos geradores, mais econômicos.

Uma das vantagens da produção do motor industrial de 13 litros no Brasil é a opção de financiar a compra pelo Finame, linha do BNDES a juros mais baixos que os do setor privado no mercado brasileiro.

Atendimento

Nos últimos dois anos, a Volvo Penta fez um trabalho para estruturar o atendimento de pós-vendas aos clientes de motores industriais. O atendimento será feito por três distribuidores Volvo CE (Tracbel, a Link e a Entrepasto) que cobrem mais de 70% do território brasileiro e possuem a expertise necessária para oferecer suporte total aos clientes de motores industriais.

“Antes de iniciar a produção dos motores no Brasil, fizemos um trabalho para formar uma rede de suporte aos nossos clientes, fundamental para um atendimento de qualidade e para o sucesso do negócio. As distribuidoras da Volvo CE, possuem similaridade com negócios da Volvo Penta, o que nos dará ganho de escala”,

afirma João Zarpelão, diretor de motores industriais da Volvo Penta South America.

i

Para mais informações:

Milena Miziara
Grupo Volvo
América Latina

Assessoria de Imprensa
Comunicação Corporativa

+55 41 3317 4255
milena.miziara@volvo.com



INOVAÇÃO

Weir Minerals lança linha de britadores cônicos de alta performance

A Weir Mineral lançou a linha de britadores cônicos, denominada Trio® Top Performance, para os mercados de mineração e agregados para construção civil. Combinando ação de britagem agressiva com alta força e poder de britagem, essa nova geração de equipamentos possibilita aos usuários um nível superior de britagem.

Todos os britadores cônicos Trio® TP apresentam uma câmara com ângulo agudo de britagem, uma grande saída de material britado e ótima velocidade, assim entregam um produto mais fino, através do aumento da trituração entre partículas. A combinação única de alto fluxo, alto ponto de pivotagem, grande excentricidade e grandes diâmetros de cabeça resultam em um desempenho superior, de alto desempenho. Além disso, os britadores são instrumentados com avançados sistemas hidráulicos e de lubrificação, o que permite que os usuários monitorem a vibração, movimento, temperatura e pressão do óleo.



REPRESENTATIVIDADE

Nova Gestão Victor Bicca é nomeado diretor-geral do DNPM

O presidente em exercício, Michel Temer, e o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, nomearam Victor Hugo Froner Bicca para exercer, interinamente, o cargo de diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 30 de junho de 2016.



Victor Hugo Froner Bicca

É funcionário de carreira do DNPM, tendo exercido diversos cargos na instituição e estava respondendo pela Superintendência em Santa Catarina.



Anepac

renova em
2016




Visite e acompanhe as novidades.

anepac.org.br

ANEPAC

20 ANOS DE COMPROMISSO
COM O SETOR DE AGREGADOS
DO BRASIL.


Conheça nossos produtos

-  PORTAL WEB **ANEPAC**
-  REVISTA **AREIA E BRITA**
-  ANUÁRIO **ANEPAC 2016**
-  FOLDER **INSTITUCIONAL**
-  INFORME **ANEPAC**
-  CARTILHA **AREIA E BRITA**
-  ACONTECE **CLIPPING ANEPAC**
-  EMAIL **MARKETING**
-  ENCONTRO DE NEGÓCIOS **ANEPAC**
-  VÍDEO **INSTITUCIONAL**



Vantagens de ser um associado ANEPAC:

- 1** Informações atualizadas e soluções para os desafios do setor
- 2** Assessoria nos assuntos pertinentes à atuação empresarial
- 3** Representatividade junto aos poderes Legislativo e Executivo em defesa de interesses comuns

 (11) 3171.0159

 anepac@anepac.org.br





Visão da indústria de agregados da Europa

O presidente da União Europeia dos Produtores de Agregados - UEPG, Arnaud Colson, apresentou no Parlamento Europeu em Strasburgo, França, a Visão da Indústria de Agregados Europeia durante a Assembleia Geral de Delegados da UEPG.

Para construir e manter hospitais, escolas, residências, estradas de rodagem, estradas de ferro, canais fluviais, barragens e diques contra enchentes, reconstrução de praias e da proteção da área costeira, a Europa precisa de 2,7 bilhões de toneladas de agregados todo ano. Agregados são a matéria prima natural mais usada no planeta e a questão não é se precisamos de agregados, mas onde e como obtê-los da forma mais sustentável. A UEPG, que representa a indústria de agregados

com membros em 30 países, manifesta preocupação com a crescente restrição de acesso aos recursos minerais locais.

A produção anual de agregados na Europa é de 2,7 bilhões de toneladas de areia, cascalho, rocha britada, agregados reciclados e manufaturados e marinhos produzidos por cerca de 15.000 empresas, a maioria pequenas e médias, empregando direta e indiretamente 230.000 pessoas. A UEPG desenvolve também uma cultura de saúde e segurança na Europa, por meio

da criação de comitês em cada uma das Associações e divulgando as melhores práticas. Mais de 150 estudos de caso sobre biodiversidade estão disponíveis *online* para demonstrar a compatibilidade da extração de agregados com a proteção ambiental. A UEPG promove ainda, de três em três anos, o Prêmio de Desenvolvimento Sustentável para reconhecer e promover trabalhos de excelência em todos os três pilares do desenvolvimento sustentável no setor produtivo de agregados como se descreve na Visão da Indústria.



Projetando como estará a indústria em 2020, dez objetivos-chave ambiciosos foram identificados para serem enfrentados junto com quem decide e com interessados da União Europeia:

1

Colocar excelência em saúde e segurança no centro de suas atividades, com o objetivo de atingir Dano Zero para todos os empregados da indústria, de terceirizados e visitantes em 2020.

2

Promover a compatibilidade da extração de agregados e a preservação ambiental, com o objetivo de ajudar seus membros a conseguir que extração responsável de agregados não seja automaticamente proibida por razões ambientais.

3

Assegurar acesso sustentável aos recursos minerais locais, otimizar o transporte, com o objetivo de ter reconhecido o uso da terra para extração mineral como uma atividade de interesse público similar a agricultura, reflorestamento, recursos hídricos e preservação natural e recebendo a mesma prioridade.

4

Melhorar a percepção pública da extração de agregados como benéfica para a sociedade e para que cada membro da UEPG tenha uma campanha nacional de relações públicas em vigor em 2020, que assegure uma visão positiva dos benefícios trazidos pelo setor para a sociedade.

5

Desenvolver a economia circular por meio de eficiência, reciclagem e restauração, para demonstrar a contribuição da indústria de agregados para a Economia Circular em 2020.

6

Mostrar para comunidades locais os benefícios que traz a indústria de agregados, com o objetivo de encorajar os membros da UEPG a promoverem eventos públicos, desenvolver ferramentas de comunicação e treinamento de relações públicas em 2020.

7

Ajudar no planejamento do uso do solo nacional e da política de licenciamento eficiente, para encorajar e assistir a todos os membros da UEPG a ter uma política nacional de planejamento para agregados em funcionamento em 2020.

8

Mostrar o setor de agregados como uma carreira atrativa, particularmente para os jovens, e encorajar seus membros a tornar pública a noção em relações públicas, agências de empregos e instituições de educação sobre as oportunidades de empregos, tanto para homens como para mulheres.

9

Criar e manter uma vigilância constante para uma implementação consistente da legislação da União Europeia, com o objetivo de uma implementação e fiscalização consistente das legislações europeia e nacionais em vigor em 2020.

10

Assegurar a origem responsável do produto e excelência em serviço ao cliente e satisfação para que a indústria seja reconhecida como um fornecedor crível e responsável de bens e serviços para todos seus clientes dos setores que os adquirem, particularmente as indústrias do concreto e do asfalto.

“

A União Europeia dos Produtores de Agregados - UEPG, representa a indústria de agregados da Europa com membros em 30 países.

”



Congresso americano avança na aprovação do fundo de transporte

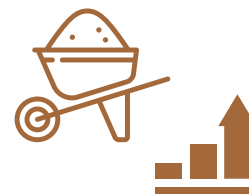


O Congresso americano faz progressos em projetos de lei que podem impactar a indústria de agregados, informa a National Stone Sand and Gravel Association (NSSGA). O Senado americano avançou na alocação de fundos para o financiamento das obras de infraestrutura do transporte em 2017 ao aprovar, em 24 de maio último, um total de US\$ 56,5 bilhões para o Departamento de Transporte e agências para Desenvolvimento Urbano e Habitação. Esta alocação vai financiar 99,5% dos projetos da lei "Reconstruindo o Transporte de Superfície na América" (FastAct), alocando US\$44 bilhões para estradas e US\$16,4 bilhões para a Administração Federal da Aviação.

A NSSGA e a indústria da construção estão preocupadas em trazer ainda US\$2,2 bilhões dos fundos de transporte, que não foram usados, para que sejam alocados em outros programas do Departamento de Transporte. "Estamos satisfeitos do congresso estar trabalhando para aprovar a lei de desembolso para o transporte e que tanto os projetos de alocação de fundos do Senado como o da Câmara estejam de acordo com o FastAct", disse Pam Whitted, vice-presidente da Associação para Negócios do Governo e Regulação. "Esperamos que o Congresso continue o processo de alocação e que prossiga com as demais para evitar um congestionamento ao final do ano fiscal, o que não beneficia ninguém", finaliza Pam.



Crescimento para agregados e cimento no primeiro trimestre



Houve ganhos de dois dígitos nos despachos de areia e cascalho, pedra britada e cimento durante o primeiro trimestre de 2016 no mercado americano, segundo relatório do Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS). Na comparação ano a ano, o primeiro trimestre de 2016 mostrou: areia e cascalho, com 173 milhões de toneladas, crescimento de 10%; pedra britada, com 270 milhões de toneladas, crescimento de 21%; e cimento Portland, com crescimento de 14%.

Os números do USGS mostram estimativas da produção para consumo de agregados para construção (areia e cascalho e brita) em nove regiões geográficas e na maioria dos estados. Segundo esta medida, os números do primeiro semestre de 2016 para areia e cascalho cresceram em sete regiões em

relação ao primeiro trimestre de 2015, como a Nova Inglaterra e Meio Atlântico mostrando as porcentagens maiores. Os estados líderes em ordem decrescentes foram Texas, Califórnia, Washington, Arizona e Colorado. Para a brita, a produção para o consumo cresceu em todas as nove regiões, com a Nova Inglaterra e Atlântico Sul apresentando as maiores porcentagens. Os estados líderes em ordem decrescente foram Texas, Flórida, Missouri, Geórgia e Pensilvânia.

Na sua publicação "Informativo da Indústria Mineral", o USGS divulgou a estimativa dos despachos de agregados no ano de 2015: areia e cascalho, com 937 milhões de toneladas métricas, crescimento de 4% em relação a 2014; e pedra britada, com 1,33 bilhões de toneladas, crescimento de 7% em relação a 2014.



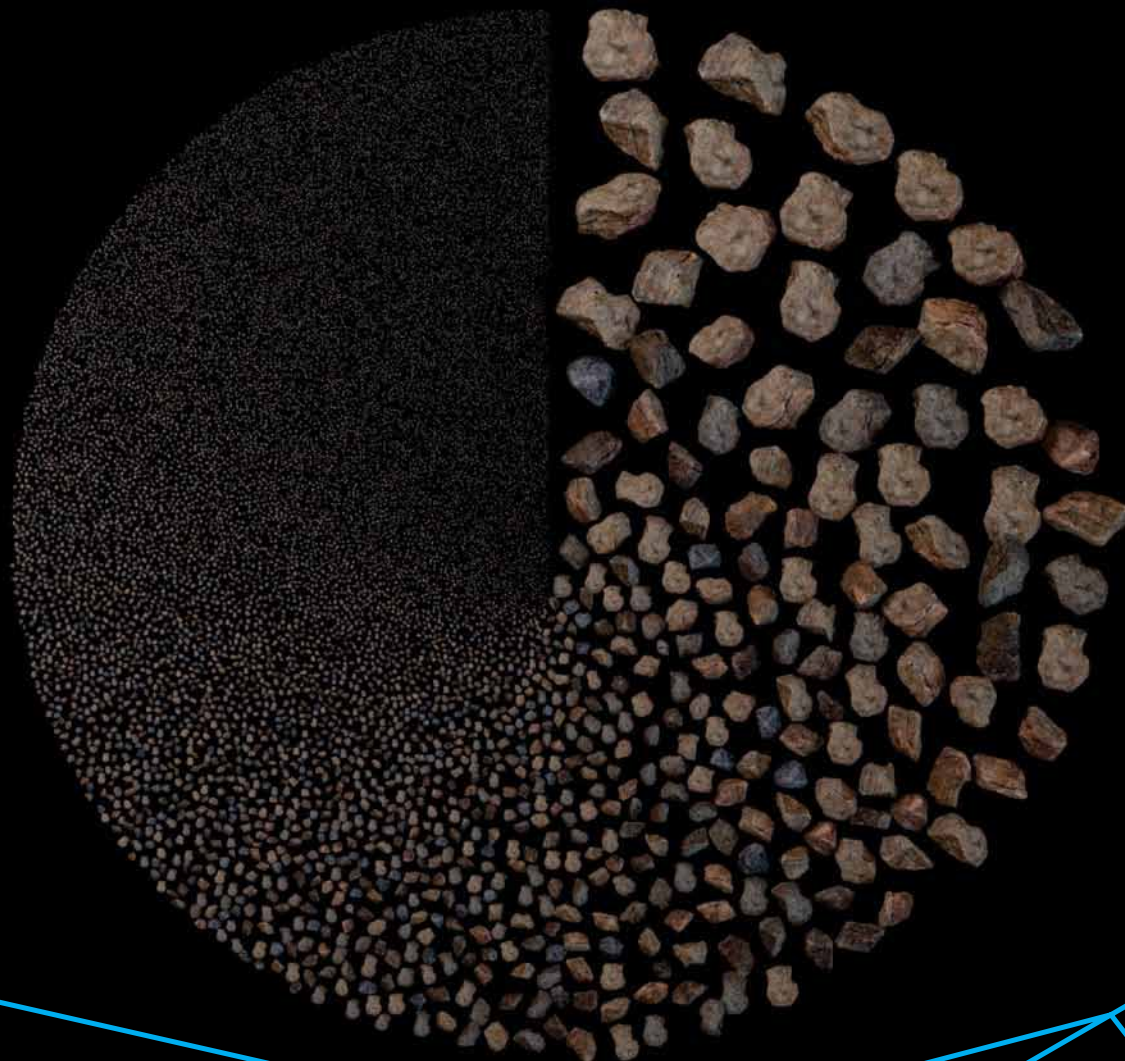
Viva o Progresso.



! Pás-carregadeiras L 538 - L 580

- Baixo consumo de combustível e menor desgaste de freios devido ao sistema de translação hidrostático
- Alta produtividade e elevada carga de tombamento devido à montagem diferenciada do motor
- Menor desgaste dos pneus por meio da regulação gradual da força de tração
- Caçambas entre 2,3 m³ até 14,0 m³





PARA MINERAIS INDUSTRIAIS ESTA É A FORMA DO QUE VIRÁ

A Forma importa cada vez mais em aplicações focadas no futuro, como minerais industriais. Os britadores Sandvik VSI dão o controle sobre as frações até o nível de micra e praticamente eliminam a contaminação por metais. Isto significa que podem coincidir com as especificações de qualidade mais exigentes e aumentar o valor do produto em até dez vezes. Nossos britadores VSI estabelecem o padrão para a eficiência energética e disponibilidade, enquanto que nosso sistema de alimentação de duplo fluxo aumenta a capacidade em até 20% sem perda de rendimento de britagem. Tudo isto se soma à máxima produção a um mínimo custo por tonelada. Descubra o que significa a precisão Sandvik em seus resultados finais.

MAXIMIZE SEUS RESULTADOS COM CONSTRUCTION.SANDVIK.COM/OPTIAGG

SANDVIK DO BRASIL S.A.
AVENIDA DO CONTORNO, 5919 - 8º E 9º ANDAR - CARMO - BELO HORIZONTE / MG - BRASIL - CEP 30110-927
AV. DAS NAÇÕES UNIDAS, 21.732 - SÃO PAULO / SP - CEP 04795-914 - TEL: +55 11 5696-5400
info.cns@sandvik.com www.construction.sandvik.com

